

Uma História a serviço da destruição? Livros de História e a modernização de Mato Grosso, Brasil, 1964-1992

A History for the Sake of Destruction? History Books and the Modernization of Mato Grosso, Brazil, 1964-1992

Ely Bergo de Carvalho

Universidade Federal de Minas Gerais

Pesquisador CNPq

Av. Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte, MG, 31.270-901

carvalho2010@yahoo.com.br

Recebido: 11 de agosto de 2013
Aprovado: 09 de setembro de 2013

Resumo

A História, como disciplina, ainda é frequentemente pensada como estando isolada da natureza e de questões ambientais. A pesquisa busca compreender as representações de natureza presentes nos livros de popularização da História do estado de Mato Grosso, Brasil, publicados entre 1964 e 1992. Nos livros mencionados, a natureza e a maior parte da população mato-grossense é silenciada em nome de uma elitista identidade regional, na qual os “mato-grossenses” são heróis que mantêm a civilização em meio à barbárie. No período estudado, tal identidade justificava um projeto modernizador, que implicava na colonização de vastas áreas com a derrubada da floresta e exclusão da população autóctone. Assim, a pesquisa busca iluminar os fios de ligação do ofício do historiador com o mundo natural.

Palavras-chave

Brasil; cultura e natureza; desenvolvimentismo; percepções da natureza

Abstract

History as a discipline is still slightly related to nature and environmental issues. This survey examines the representations of nature in studies on the popularization of the History of the state of Mato Grosso, in Brazil, published between 1964 and 1992. The referred publications place a higher priority on a regional elitist identity to the detriment of nature and most of the population of Mato Grosso. According to this elitist identity, the inhabitants of Mato Grosso are heroes who managed to preserve civilization amid barbarism. In the studied period, such identity justified a modernizing project that involved the colonization of extensive areas, with forest clearing and exclusion of the indigenous population. So, this research seeks to clarify the link between the role of the historian and the natural world.

Keywords

Brazil; culture and nature; developmentalism; perceptions of nature

Introdução

Talvez Worster exagere sobre a novidade da História Ambiental ao apresentá-la nos seguintes termos: No início do século XX, a História se restringia à “política do passado”. No decorrer do século, os historiadores duvidaram que tão poucos homens ocupados com o poder do Estado poderiam ter tal controle sobre o passado e passaram a fazer de toda a sociedade objeto da História. Agora chega um novo grupo de reformadores, “os historiadores ambientais, que insistem em dizer que temos de ir ainda mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história.”¹ Na ânsia de apresentar a novidade da História Ambiental, textos como esse de Worster geram um silenciamento sobre uma rica produção historiográfica. No Brasil, por exemplo, obras como as de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire foram apontadas como exemplos de como a História tem uma longa tradição de modelos, mais simples ou mais complexos, de interação sociedade-natureza.² Entretanto, tal releitura que está sendo feita na historiografia não tem um paralelo na História como saber escolar.

Assim, cabe ressaltar, a produção historiográfica contribuiu para a construção de determinadas representações de natureza no imaginário social. A História, como disciplina acadêmica, surgiu no século XIX, com a função de ajudar no processo de construção de estados-nacionais, sendo a exaltação da “natureza nacional” invariavelmente um elemento fundador do nacionalismo. Por exemplo, no Brasil os historiadores, seja na sua produção historiográfica ou em sala de aula, contribuíram fortemente para a produção da representação negativa das camadas populares brasileiras e das representações ufanistas de “nossa” natureza.³

Ao produzir um passado, invariavelmente tenta-se imprimir neste elementos que justifiquem projetos de futuro, os quais, em geral, implicam em acesso diferenciado e desigual ao mundo natural e posições hierarquizadas em diferentes configurações sociais, que no processo de disputa reinventam

¹ Worster, Donald. “Para fazer história ambiental,” *Estudos Históricos*, 4 (1991): 198-215.

² Duarte, Regina Horta. *História & natureza* (Belo Horizonte: Autêntica, 2005); Fontana, Josep. *La historia después del fin de la historia: reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica* (Barcelona: Crítica, 1992).

³ Chauí, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000); Cabral, Diogo de Carvalho. “Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa,” *Varia História*, 24 (2008): 113-134.

identidades e sujeitos.⁴ Nessa perspectiva é que esta pesquisa está inserida, ao buscar entender como dada memória foi produzida sobre o que é a natureza e a população de Mato Grosso, e como essas memórias são articuladas e articulam algumas identidades, que são constituídas a partir de projetos. Ou seja, a pesquisa busca compreender as representações de mundo natural e de mato-grossense presentes nos livros de popularização da História do estado de Mato Grosso, Brasil, publicados entre 1964 e 1992.

Mato Grosso está no centro geodésico do continente, daí alguns afirmarem ser o “Coração da América do Sul”. No entanto, também esteve no coração do emergir da questão ambiental no Brasil, em especial porque, desde a década de 1980, a destruição da Floresta Amazônica entrou para a pauta ambiental internacional/global. O golpe civil-militar de 1964 resultou em uma série de políticas públicas que capitanearam mudanças profundas na configuração socioambiental de Mato Grosso. A partir da década de 1970, o governo federal, sob o lema “integrar para não entregar”, adotou uma política de colonização, com migração massiva para o interior do Brasil e destruição de gigantescas áreas do Cerrado, da Amazônia e do Pantanal, apenas para citar os três biomas que compõem a biogeografia de Mato Grosso. A capital, Cuiabá, era chamada à época de “portal da Amazônia”, estando em uma posição estratégica, se não central, nos projetos estatais de “ocupação” da Amazônia.

As principais fontes da pesquisa são livros de popularização da História de Mato Grosso, publicados a partir de 1964. A intelectualidade e governos locais publicaram uma variedade de matérias para a popularização da História de Mato Grosso. O material era muito variado: de artigos de jornais a grossos livros de “consulta” de História de Mato Grosso. Dentro desse material, alguns livros estavam claramente voltados para atender o ensino escolar de História, são livros mais finos e com uma linguagem mais acessível. Todavia, não são exatamente livros didáticos, em termos atuais, pois não estavam sujeitos ao circuito de produção de material destinado exclusivamente as escolas, tal material deve ser pensado, como se verá, como um esforço de divulgação da história regional que passa por um circuito de produção formado por um pequeno grupo de intelectuais e de suas relações com o governo

⁴ Velho, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas* (Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003).

local. Tal material articula uma produção intelectual de instituições peritas que produziram um conhecimento especializado, com um público mais amplo, em especial nas escolas – instituição fundamental de formação da memória histórica no mundo moderno. Todavia, não há um processo de difusão do conhecimento de produtores para consumidores, admitindo que “todo consumo é, também, produção”, pois cada um desses lugares sociais tem sua própria lógica de produção do conhecimento.⁵ Os livros de divulgação são um dos canais de comunicação entre tais lugares sociais e conhecimentos distintos, de tal forma que se constituem em um terceiro lugar social, até certo ponto com regras próprias de produção, o que deve ser a primeira tarefa a ser explicitada, ou seja, entender o circuito de produção dos livros de popularização da História de Mato Grosso.

O circuito de produção dos livros de popularização de História de Mato Grosso e o IHGMT

Os historiadores são agentes ativos na luta de representações da construção da memória social e, conseqüentemente, da natureza. Apesar de os historiadores não deterem o monopólio sobre a memória social, muito pelo contrário, ou seja, são apenas uma pequena parte dos investimentos na produção do passado, possuem, sem dúvida, legitimidade para falar sobre o passado. No caso de Mato Grosso, a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT, em 1919, assinala o grande momento de sistematização da construção de uma memória social e de uma identidade regional mato-grossense por historiadores, mesmo que não profissionais.⁶

Um desses esforços de produção de memória e identidade regional em Mato Grosso é a publicação do que pode ser considerado o primeiro livro-didático de História de Mato Grosso, ou pelo menos de um livro que recebeu a chancela oficial para ser utilizado nas escolas estaduais. Trata-se de *Quadro Chorographico de Matto Grosso*, publicado em 1906, por aquele que seria um dos fundadores do IHMT, Estevão de Mendonça.

⁵ Chartier, Roger. *À beira da falésia: A história entre certezas e inquietude* (Porto Alegre: Editora da Universidade; UFRGS, 2002); Certeau, Michel. *A escrita da história* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006).

⁶ Sobre memória e história ver: Guarinello, Norberto Luiz. “Memória coletiva e história científica,” *Revista Brasileira de História*, 15 (1995): 180-193; Fentress, James e Wickham, Chris. *Memória social* (Lisboa: Teorema, 1994). Criado como Instituto Histórico de Mato Grosso – IHMT., posteriormente foi renomeado IHGMT. Sobre a identidade mato-grossense e o IHGMT, ver: Zorzato, Osvaldo. “Alicerces da identidade mato-grossense,” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 408 (2000): 419-435.

Depois de um primeiro momento de efervescência, o IHMT passou por um período de relativa calma, voltando à intensa atividade quando o processo de colonização dirigida, promovida pelo regime militar, começou a “inundar” Mato Grosso com migrantes e depois, quando em 1977, a parte sul do estado é separada, formando uma nova unidade da federação, a de Mato Grosso do Sul, reacendendo as demandas identitárias regionais.⁷

Assim, nessa época, têm-se a edição de uma série de trabalhos didáticos produzidos por membros do IHGMT⁸:

- Mendonça, Rubens. *História de Mato Grosso* (Cuiabá, 1967). 127 p.
- Silva, Octayde Jorge da. *Extratos da História de Mato Grosso* (Cuiabá: ITC, 1980).
- Silva, Octayde Jorge da. *Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus*. (Cuiabá: Escola Técnica Federal de Mato Grosso, 1982). 100 p.
- Póvoas, Lenine de Campos. *História de Mato Grosso* (Cuiabá, 1985). 131 p.
- Póvoas, L. de C. *Síntese da História de Mato Grosso*. 2ª ed. (Cuiabá, 1992). 134 p.

A publicação desse tipo de material esteve, em geral, sob a chancela do governo estadual. Desde, pelo menos, a obra *Quadro Chorographico de Matto-grosso* em que foi impressa, como prólogo, a ata das três reuniões do Conselho Superior de Ensino, que traz o debate de uma comissão especial que foi do parecer de que a citada obra “vem preencher uma das mais palpitantes necessidades do ensino publico primário, fornecendo à mocidade os conhecimentos necessários da História e Geographia [sic.] do Estado”, sendo a obra “considerada de reconhecida utilidade, na forma do art. 184 do [...]

⁷ Galetti, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de Doutorado em História (São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2000).

⁸ Houve outros livros publicados por pessoas que não eram membros do IHGMT, como: *Geografia e história de Mato Grosso*, de J. Lucídio N. Rondon, de 1970; A obra *Os principais fatos da História de Mato Grosso: roteiro para o ensino do 2º Grau, vestibulares e concursos públicos*, do professor de História, Gonçalo de Assis Poquiqui, de 1983. Ou, ainda, de Gonçalo Guerreiro, *História de Mato Grosso*, de 1986. Mendonça, Silva e Póvoas foram privilegiados, pois em pesquisa utilizando história oral com professores da rede pública de ensino em Cuiabá-MT, esses foram os autores, ligados ao IHGMT, lembrados pelos professores aposentados ou em atividade (Carvalho, Ely Berço de. “A natureza não aparecia nas aulas de História: lições de educação ambiental aprendidas a partir das memórias de professores de História,” *História Oral*, 15 (2012): 357-379). O trabalho de Póvoas de 1992 marca o recorte cronológico final da pesquisa, todavia, por um lado desde, pelo menos, 1990 a hegemonia para enunciação da história regional não estava mais com o IHGMT, como se verá, e, por outro lado, mesmo depois dessa data ainda há espaço na região para a publicação e divulgação do modelo de história comemorativa aqui em tela.

regulamente do Lyceu Cuyabano, como adoptada nas escolas publicas do Estado, tão logo seja impressa e exposta à venda”. Sendo que, tal parecer foi aprovado por unanimidade no citado conselho.⁹

Em 1982, o livro *Um estudo sobre a História de Mato Grosso* de Octayde Jorge da Silva, chefe do Departamento de Ensino da Escola Técnica Federal de Mato Grosso,¹⁰ foi publicado pela Fundação Cultural de Mato Grosso, do governo estadual, sendo que na apresentação do livro o autor afirma: “O ensino da HISTÓRIA DE MATO GROSSO, que antes só se fazia nesta ESCOLA TÉCNICA, ganhou espaço. Recebeu o amparo e o empolgação da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, a partir de 1979, que abraçou a ideia, encampou-a, deu-lhe vida e se tornou o arauto dessa nova consciência.”¹¹ Para enaltecer tal esforço do governo estadual o autor afirma que a memória de Mato Grosso “já não é mais poeira dos museus, ou relíquia das bibliotecas”.

O esforço intensificado na divulgação da História de Mato Grosso, que vem pelo menos da década de 1960, pode ser exemplificado na obra de Rubens de Mendonça,¹² não apenas por seu livro datado de 1967, mas porque ele escreve uma “História de Mato Grosso (em quadrinhos)”,¹³ obviamente voltado para uma popularização da História regional para além de uma pequena elite. Todavia, o próprio Rubens de Mendonça reclamava da falta de recursos para manutenção das atividades do IHGMT, pois na década de 1970, a instituição dependia de recursos provenientes das subvenções governamentais, sendo que seria insuficiente, até mesmo, para manutenção de seu acervo. Em 1974, quando perguntaram para Rubens de Mendonça, se ele tinha discípulos, afirmou: “Infelizmente não tenho

⁹ Mendonça, Estevão de. *Quadro chorographico de Matto Grosso* (Cuiabá, 1906), vii-viii.

¹⁰ Octayde J. da Silva (1926-1991), filho de um contador e uma professora, seguiu uma formação militar, na Academia das Agulhas Negras. Retornando a Cuiabá, o Coronel Octayde, exerceu várias funções públicas, entre outros, sendo Delegado do Imposto de Renda. Membro da Academia Mato-grossense de Letras, foi sucessor de Rubens de Mendonça na cadeira número 9 do IHGMT.

¹¹ Silva, Octayde Jorge da. *Um estudo de história de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus* (Cuiabá: Escola Técnica Federal de Mato Grosso, 1982).

¹² “Poeta, historiador e jornalista, nasceu e morreu em Cuiabá (27/07/1915 - 03/04/1983). Teve no pai, Estevão de Mendonça a grande inspiração para as letras. É considerado o maior expoente da historiografia mato-grossense. Escreveu e publicou 38 livros. [...] Exerceu os cargos de Escriturário da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e Delegacia Regional do Imposto de Rendas, foi Avaliador Judicial da Comarca da Capital, jornalista profissional. [...] Redator da 2ª Divisão da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Chefe do Escritório Regional da SUDAM, em Mato Grosso, professor da disciplina de Português [...]”. <http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com.br/2012/04/rubens-de-mendonca-poeta-historiador-e.html>, consulted 3 november 2012.

¹³ Trata-se de uma série de artigos de jornal, ver: Mendonça, Rubens. “Entrevista (por Eliete Rosa da Silva)”, [s.n.], Cuiabá, Brasil, 10 a 16 novembro 1974. e Mendonça, Rubens. “O município de Corumbá”, [s.n.], Cuiabá, Brasil, [s.d.]. (Arquivo da Casa Barão do Melgaço).

discípulos. Creio que a História de Mato Grosso morrerá comigo.”¹⁴ Tal afirmação, para além do juízo do autor sobre seu papel como historiador de Mato Grosso, é um indício de como apesar dos esforços para a divulgação da História de Mato Grosso, tal preocupação e esforços era, em grande parte, limitada a um pequeno grupo de intelectuais, “guardiões da memória”.

Os autores de livros de divulgação de História de Mato Grosso ligados ao IHGMT eram formados por uma classe média, que possuíam vínculos com o governo estadual. Como funcionários públicos, como partidários desse ou daquele grupo político ou, pelo menos, como beneficiários dos subsídios públicos que garantiam que para além de advogados, professores e militares, estes fossem os “guardiões da memória histórica”.

Na década de 1980 há uma mudança em tal circuito de produção do material de divulgação da História de Mato Grosso. Mesmo com a criação de universidades no estado, em 1970, a produção e divulgação de História de Mato Grosso continuaria a ser capitaneada pelo IHGMT. Todavia, como afirma, em 1982, Octayde Jorge da Silva:

[...] a UNIVERSIDADE, ciosa do seu papel na integração sócio-comunitária [sic.], cônica de suas responsabilidades de agente formador da intelectualidade regional, assumiu a paternidade desse ensino, [História de Mato Grosso], quer regionalizando o caráter dos exames vestibulares quer trazendo para o seu ‘campus’ a pesquisa, o estudo, o debate, a análise interpretativa na área sócio-política.¹⁵

A introdução de concurso público para ingresso nas universidades, o exame vestibular, com questões sobre, por exemplo, História e Geografia mato-grossense favorecia os candidatos residentes no estado, criando a demanda para um novo e poderoso esforço de ensino da História Regional. Lenine C. Póvoas,¹⁶ membro do IHGMT que escreveu grossos volumes sobre a História de Mato Grosso, em 1985 escreve um livro leve intitulado *História de Mato Grosso* e na justificativa da obra afirma:

¹⁴ Ibid., ver também: Mendonça, Rubens. “O IHGMT e o desejo de ser cretino,” *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, Brasil, 01 agosto 1976. (Arquivo da Casa Barão do Melgaço).

¹⁵ Silva, *Um estudo de história de Mato Grosso*.

¹⁶ Lenine de Campos Póvoas, (1921-2003). Formado em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1945, na Universidade do Brasil. A partir de 1947 foi eleito deputado estadual, vice-governador e foi nomeado ministro do Tribunal de Contas do estado. A partir de 1972 foi nomeado para diversos cargos públicos, no governo estadual, Secretário de Administração, Presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso e Chefe da Casa Civil. Foi professor de Geografia Humana, na Escola Técnica de Comércio de Cuiabá e de direito na Faculdade de Direito de Mato Grosso, incorporada à Universidade Federal de Mato Grosso, onde lecionou até sua aposentadoria. Publicou 26 livros.

Sempre foi nosso desejo escrever uma História de Mato Grosso. [...] Todavia, a dificuldade que observamos de serem encontrados livros sobre o assunto, de fácil manuseio por parte dos estudantes, levou-nos à tarefa de escrevermos, agora, um volume em que essa história viesse tratada em síntese, ao nível dos cursos do II grau, pré-universitário e universitário.¹⁷

Os vários livros em tela trazem em seus títulos ou nas apresentações a explicitação da intenção de atender um público escolar. Eles foram efetivamente utilizados nas escolas da região, como indica o apoio na publicação, em alguns casos, da Secretaria de Educação e o fato de professores declararem, como já citado, terem utilizado tal material para subsidiar suas aulas. O concurso vestibular, a partir da década de 1980, passa a ser, cada vez mais, condicionante do circuito de produção de material para popularização de História de Mato Grosso. Póvoas justifica a novidade de seu livro ao afirmar que “a História de Mato Grosso tem sido escrita como se fosse um compartimento estanque da História do Brasil”.¹⁸ Integrar as histórias regionais, em níveis mais amplos, era uma das preocupações trazidas pelos livros didáticos de História nas décadas de 1980 e 1990, no Brasil. Todavia, o circuito de produção do material didático da História de Mato Grosso ligados ao IHGMT, em termos de conteúdo, estava vinculado a uma história factual, dos grandes homens e do Estado, seu modelo narrativo *standard* era um longo desfiar dos eventos canonizados e dos nomes e feitos dos governadores, ou seja, não estava em sintonia com os modelos narrativos hegemônicos; sendo que o circuito de produção estava ligado não às demandas de um mercado editorial de livros didáticos, mas às relações pessoais de seus membros e às relações institucionais do IHGMT com o governo estadual.

Tal estado de coisas iria mudar apenas no final da década de 1980. O lugar social com hegemonia da enunciação da História de Mato Grosso foi, então, deslocado do IHGMT para as universidades, mais especificamente para a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Criada por decreto em 1970, tornou-se a principal instituição de pesquisa em História da região. Todavia, foi um processo gradual. Somente na década de 1990 surgiram manuais que procuravam incorporar a

¹⁷ Póvoas, L. de C. *Síntese da história de Mato Grosso*. 2ª ed. (Cuiabá, 1992), 11-12. A primeira edição foi publicada em 1985, sob o título “História de Mato Grosso”.

¹⁸ Póvoas, *Síntese da história de Mato Grosso*, 11.

perspectiva de história acadêmica universitária, mais atualizados com o que se produzia em ambientes acadêmicos.¹⁹

Identidade “Bandeirante”

Qual a identidade atribuída aos mato-grossenses nos livros de popularização de História de Mato Grosso associados do IHGMT? A identidade representada nos livros é construída sobre um tema, o do pioneiro. Mais especificamente, no “mito bandeirante”, ele é um “herdeiro espiritual do bandeirante”, ou melhor, do mito bandeirante. Ainda hoje é possível ir ao Museu Histórico de Mato Grosso e ver imagens, manequins com roupas supostamente de época, mapas etc., com uma representação dos bandeirantes do século XVIII, como homens brancos e europeus, com botas e toda a pompa civilizatória, adentrado no inóspito sertão, com seus múltiplos perigos, em especial o bravo indígena. Silenciado o fato de os ditos bandeirantes, sertanistas que no período colonial tiveram papel central na expansão da América Portuguesa para o oeste, terem sido, em geral, mestiços, que falavam no cotidiano “língua geral” e não o português e andavam descalços no “sertão”, pois os conhecimentos para penetrar no sertão foram adquiridos dos povos originários, dos quais eram tão próximos. Nos livros não há uma associação de descendência biológica direta dos bandeirantes com os mato-grossenses, mas, sim, de compartilhar uma “missão histórica”. Assim, em tais obras, em geral, a História de Mato Grosso tem origem justamente com a chegada do bandeirante, quando muito, com os “primeiros colonizadores”, sendo que a fundação de Cuiabá, oficialmente 1719, está na primeira página ou depois de algum prolegômeno. A centralidade da elite política, que estrutura a narrativa, a exaltação dos atos civilizadores e de desenvolvimento, o silenciamento do “povo” e a natureza como inimiga a ser vencida, como se verá, são características presentes nos livros em tela, permitindo concordar com a interpretação de que a identidade mato-grossense, constituída no ambiente do IHGMT, era pautada no que pode ser chamado de “mito bandeirante”. Ou seja, o mato-grossense é representado como um herói civilizador que, em

¹⁹ A principal obra que marca tal deslocamento é: Siqueira, Elizabeth Madureira; Costa, Lourença Alves da e Carvalho, Kátia Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso* (Cuiabá: Guaicurus, 1990).

meio ao sertão, tem como missão defender a civilização contra as trevas e a barbárie e a nação contra seus inimigos.

Foi no início do século XX que a pequena elite intelectual mato-grossense procurou construir uma identidade regional, que desse conta de unir tal elite e viabilizar a existência política do Estado. Uma vez que a elite local da Primeira República, a exemplo de várias outras unidades da federação, não conseguia por via da política liberal, chegar a um acordo de governo, pois frequentemente as disputas políticas intraelite degeneravam em disputas armadas entre os “coronéis locais”.

Tal investimento simbólico, na identidade mato-grossense, se deu basicamente como um contraponto à representação negativa de Mato Grosso, produzida por estrangeiros e pela elite nacional do “litoral”, contra uma representação “ocidentalista”, que estabelecia Mato Grosso como um “outro geográfico”, lugar de um “povo preguiçoso” e, até mesmo, “racialmente degenerado”, que diante de uma natureza rica que os sustentava, não tinha iniciativa para instalar a “modernidade” e converter em “progresso”, a abundância de recursos naturais. Galetti já demonstrou como estrangeiros, brasileiros e mato-grossenses interpretaram Mato Grosso, “pela mesma matriz das concepções ocidentalistas de *progresso e civilização* e pelas mesmas lentes das teorias evolucionistas e raciais que dominaram os horizontes ideológicos e culturais entre fins do século XIX e inícios do XX”. A autora adverte que há uma diferença de fundo entre estes três olhares, produto da relação distinta que mantinham com o seu objeto de observação. Assim,

[...] visto pela ótica dos viajantes estrangeiros, Mato Grosso era concebida como uma região ainda próxima da barbárie: abundante em recursos naturais, seu imenso território encontrava-se quase *vazio*, dominado por indígenas e por uma população mestiça, indolente e sem espírito empreendedor, razão pela qual seu progresso só seria possível com a introdução de imigrantes e capitais europeus. [...] Enxergando este espaço e suas populações pela ótica da Nação, mas tendo como referência o modelo europeu, os brasileiros elaboraram imagens ambíguas acerca de Mato Grosso: valorizado negativamente em razão das distâncias geográficas, históricas e culturais que o separavam do mundo e do Brasil civilizado, também o era positivamente como sertão e fronteira da pátria, noções fundamentais para a própria ideia de nacionalidade brasileira no período em foco. A fronteira porque delimita o espaço do Outro, o estrangeiro, e o sertão porque, embora identificado como lugar do atraso e da barbárie no território da Nação era percebido, simultaneamente, como *locus* de sua verdadeira identidade cultural. [...] Quanto aos mato-grossenses, compartilhando desta visão ambígua sobre a *terra natal*, manifestaram um profundo mal estar cultural face a uma identidade estigmatizada pela barbárie. Nas manifestações culturais constitutivas da redefinição desta identidade, indissociáveis das tensões sociais e

políticas que lhe são contemporâneas, foram fundamentais os investimentos em torno da construção de uma memória histórica fundada nas origens bandeirantes do povo mato-grossense, em um passado de lutas pela ampliação e defesa do território brasileiro e para manter acesa em seus sertões a chama da civilização. Um passado que autorizava as projeções de um futuro promissor, assegurado pela dimensão e inesgotáveis riquezas da *terra natal*.²⁰

Deve ser destacada a persistência de tais representações estigmatizantes sobre o estado. Ainda hoje é possível, pessoas em outras regiões do Brasil, perguntarem se em Mato Grosso os “indígenas estão na rua”, junto com os “animais selvagens, como suçuris e onças”. Ou, de forma mais sutil e mais difundida, o lugar-comum em conversar sobre Mato Grosso, alhures, a afirmação que Mato Grosso é “longe”, quando somos etnocêntricos e tomamos nosso lugar como o perto, todos os demais lugares serão o longe, ou quando tomamos o centro econômico e político como o perto, todos os demais serão longe. Contra tal representação estigmatizante, a elite identifica-se com os “heróis” que conquistaram, lutando com a natureza e povos selvagens, o território de Mato Grosso, garantindo o domínio brasileiro e a fronteira da nação contra o estrangeiro, bem como a manutenção da civilização.

Em tal narrativa identitária, a grande maioria dos seres humanos que viviam em Mato Grosso e o mundo natural será silenciada ou terá o papel de obstáculo a ser vencido e controlado.

O povo mato-grossense

O material produzido nessa fase do IHGMT partia de uma matriz interpretativa próxima da Escola Metódica, ou mais especificamente, aquilo que de forma simplista chamamos de positivismo. Ou seja, acreditavam na neutralidade do discurso histórico, Rubens de Mendonça, por exemplo, em 1967 afirmava: “O nosso modesto trabalho, que nada mais é que uma codificação dos fatos da história de Mato Grosso, não comporta tecer comentários de caráter político”.²¹ Lenine C. Póvoas, ainda de forma mais cabal, afirma em seu livro publicado, em segunda edição, em 1992: “Expusemos os fatos como vêm eles registrados nas fontes históricas, sem preocupações de darmos aos mesmos interpretações pessoais, com tonalidades ideológicas, ao sabor da ética de quem escreve”.²² Postulava, claramente, que escrever uma História, era escrever: “tal como aconteceu”, para usar essa famosa expressão “ao pé

²⁰ Galetti, *Nos Confins da civilização*, 27-28.

²¹ Mendonça, Rubens. *História de Mato Grosso* (Cuiabá, 1967), 91.

²² Póvoas, *Síntese da história de Mato Grosso*, 14.

da letra”. Em 1992 já havia críticas locais mais contundentes a tal postura, pois no mesmo prefácio, Póvoas defende-se sobre o uso de adjetivos, que são bons indicadores das “paixões” e das ideologias que informam a produção de uma narrativa, negando esse fato, o autor afirma:

Se o leitor for ao capítulo em que narramos a invasão paraguaia em Mato Grosso e se ler o que escrevemos sobre a retomada de Corumbá, o **feito mais brilhante** das **nossas** armas, constatará a linguagem simples com que expusemos o episódio, sem nenhuma adjetivação e sem qualquer preocupação de enaltecimento bombástico ou descabido.²³

Obviamente adjetivar de “feito mais brilhante de nossas armas”, a “retomada de Corumbá” e postular que o livro é uma “síntese da brilhante história de nosso Estado”, pareciam ao autor uma avaliação sóbria, e não que os adjetivos indicam o ufanismo nacionalista e regionalista que informam tais obras. Da mesma forma, usar os pronomes possessivos, “nossas armas” e “nossa história”, provavelmente, parecia ao autor algo “natural”, posto que para ele enaltecer o torrão natal, em tal perspectiva, é a função da História e não um “efeito de realidade”, um recurso retórico a serviço da construção de uma dada identidade.

Apesar da pretensão de neutralidade na narrativa, a elite mato-grossense aparece nas obras com nome e sobrenome. Os nomes dos governadores, presidentes, ex-presidentes, intendentess, chefes militares e religiosos, aparecem com seus principais feitos e com sua contribuição para a “civilização e modernização”. Por exemplo:

Prosseguindo na luta por estradas e energia elétrica, o sucessor de Fernando Correa, Dr. João Ponce de Arruda (eleito a 3 de outubro de 1955, tendo como Vice-Governador o Dr. José Henrique Vieira Neto) empenhou-se na construção de rodovias, sobretudo no sul do estado, na zona fronteiriça com a República do Paraguai e construiu a hidrelétrica do Mimoso – projetada na administração anterior –, que reforçou o abastecimento de energia para Campo Grande.²⁴

Além das contribuições para a modernização, vista como uma “luta”, como a abertura de estradas, havia ainda a função e defesa da nação, como no ato de construir rodovias nas fronteiras com outros países. A proximidade e identificação entre os autores dos livros e os “grandes homens” que aparecem nas suas narrativas históricas é clara, por exemplo, Lenine C. Póvoas, que foi Secretário de Administração no governo José Fragelli, escreveu:

²³ Póvoas, *Síntese da história de Mato Grosso*, 14, (grifo meu).

²⁴ Póvoas, Lenine de Campos. *História de Mato Grosso* (Cuiabá: 1985), 114-115.

[...] Governo Fragelli a construção do estádio da Capital, que recebeu o nome de 'Estádio Governador Fragelli', um cartão de visitas de Cuiabá e o Centro Político Administrativo – C.P.A. – onde hoje se encontram, confortavelmente instaladas, muitas das Repartições Públicas, a começar do Palácio Paiaguás, nova sede da administração estadual.²⁵

No tocante à grande maioria de cidadãos comuns, nos livros, a apreciação deles é mais complexa. Pois aí estão incluídos múltiplos sujeitos, inseridos em discursos os mais variados, como escravos, pobres, mulheres etc. Assim, por exemplo, Póvoas destaca, mesmo que muito sutilmente, a participação de mulheres na Guerra do Paraguai, atento para as preocupações inseridas na historiografia, pelo movimento feminista. Entretanto, não cabe aqui fazer uma apreciação de cada grupo. Mas, apenas chamar a atenção, para o fato de que, em geral, são livros com uma história “vista de cima”, com pouco espaço para os que aparecem em “uma história vista de baixo”.

Contudo, uma categoria que aparece em tais narrativas da História de Mato Grosso chama a atenção, a saber: a de “povo”. No discurso nacionalista moderno, o Estado-nação é composto por um território, uma língua e um povo. O povo é a homogeneização da nação, no sentido étnico, mas também, no sentido de classes. Um sujeito amorfo, que escamoteia todas as lutas e contradições da sociedade. Sendo o regionalismo um discurso tão próximo do nacionalismo, tal categoria também se fazia presente nas narrativas, tal como a utiliza Rubens de Mendonça: “A ‘RUSGA’ foi o movimento armado de 30 de maio de 1834, a noite de São Bartolomeu mato-grossense, em que a massa popular se agitava iracunda, **o povo** reclamava a retirada dos portugueses do solo pátrio.”²⁶ Quando a esmagadora maioria da população aparece nas narrativas como agente, ela é interpretada como um genérico, “povo”, uma “massa”, nas mãos dos verdadeiros agentes. Contudo, em uma primeira impressão tem-se uma imagem positiva do povo mato-grossense. Afinal, era uma forma de lidar com a ambiguidade das representações sobre o que é ser mato-grossense, em especial pela tentativa dos intelectuais ligados ao IHGMT terem de, ao longo do século XX, lidar e opor-se à estigmatização de Mato Grosso, ao mesmo tempo em ter de concordar com tal estigmatização, ao defenderem a necessidade de “modernizar”. Mas, justamente por lidar com tal “mal-estar cultural”, com essa ambiguidade, é que estavam presente de forma interna as

²⁵ Póvoas, *História de Mato Grosso*, 123.

²⁶ Mendonça, *História de Mato Grosso*, 39. (grifo meu).

obras, a representação do atraso, da barbárie e da inadequação da população à modernização, isso, em uma observação mais atenta do material, uma observação que entenda os significados dos silêncios.

Representações da natureza: fazer falar os silêncios

Como afirma Thomas, “é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais, daquilo que elas pensavam sobre si mesmas.”²⁷

Segundo Arruda, no final do século XIX e início do XX, houve um deslocamento na representação da natureza: de exuberante/paradisíaca para uma natureza também exuberante, mas na qual deveria ser integrado o progresso, mediada pela tecno-ciência, a qual levaria a ver a natureza como recurso natural. De forma semelhante, segundo autores como Araújo, houve uma passagem do “mecanicismo clássico” para o “mecanicismo termodinâmico” no século XIX, ou seja, de uma natureza como uma máquina inesgotável, movimentada por Deus, para uma natureza como máquina inesgotável, mas movimentada pelo homem, ou talvez fosse melhor dizer, movida pela tecnologia. Para tal autor, entretanto, houve uma persistência do “mecanicismo clássico” no Brasil, até pelo menos os anos de 1930, devido à hegemonia da ideia de um “país essencialmente agrícola”, por parte da elite ligada aos interesses agrários, no qual caberia aos seres humanos, apenas, gerir a riqueza produzida pela natureza e não ser o motor produtor da riqueza.²⁸

Ao menos nas fronteiras de colonização, aparentemente, a representação de uma natureza como motor do progresso parece ter sido mais persistente. Romanello afirma que, somente nos anos de 1940/1950, houve uma “transição discursiva” em relação a terra, no Vale do Paranapanema paulista, de uma terra como paradisíaca que garante por si mesma o progresso, para uma terra que demanda a aplicação de tecnológica:

[...] durante a década de 1940, [...] imagem de riqueza começa a ceder espaço para um discurso de fundo, mais técnico; a terra rica passa a não ser mais necessariamente a fonte da riqueza,

²⁷ Thomas, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação as plantas e aos animais (1500-1800)* (São Paulo: Companhia das Letras, 1988), 19.

²⁸ Arruda, Gilmar. “Representações da natureza: história, identidade e memória,” in Rolim, Rivail C. et al., *História, espaço e meio ambiente* (Maringá: ANPUH-PR., 2000), 43-66; Araújo, Hermetes Reis de. “Da mecânica ao motor: a ideia de natureza no Brasil no final do século XIX,” *Projeto História*, 23 (2001): 151-167.

pois faz-se necessário que a agricultura aplique ‘cuidados científicos’ ao solo, para que ele possa produzir, mais e melhor.²⁹

No caso dos livros de divulgação de História de Mato Grosso ligado ao IHGMT, igualmente, a natureza aparece como uma máquina inesgotável, impulsionada pelo homem/tecnologia. Como transparece no seguinte excerto:

Milhares de migrantes nordestinos vieram para Mato Grosso trabalhar nessa indústria e grandes extensões de seringais situados em terras devolutas foram arrendados a seringalistas. Ao mesmo tempo em que isso ocorria, o Presidente Getúlio Vargas lançava a sua memorável campanha da ‘Marcha para Oeste’, apontando, para o Brasil, os rumos de seu desenvolvimento, que eram os da efetiva ocupação das imensas áreas vazias do seu território e exploração de suas riquezas.³⁰

A crítica ao liberalismo desenvolvida pelos ideólogos no Estado Novo, 1937-1945, parece estar expressa no excerto acima. A exuberante natureza do Brasil e, portanto, de Mato Grosso, estava “abandonada”, esperando a força redentora que instalaria a “redenção”, no caso, a modernização, a industrialização.

Como afirma Gomes ao abordar os ideólogos do Estado Novo, o discurso para a “redenção” representava a volta para uma “essência” de brasilidade, que estaria em um povo e em uma natureza primitiva. Mas este povo e terra teriam sido menosprezados e abandonados pelos regimes pré-1930, e caberia ao Estado, como “técnica de construção do povo”, resgatar a natureza e os seres humanos de seu atraso, com vistas a um mundo moderno e produtivo.

A natureza era aquela de um território imenso e povoado de riquezas naturais. Porém, era também a natureza desconhecida e inaproveitada pela incúria política de um regime demagógico que se satisfazia com um discurso ufanista: ‘*O Brasil liberal era o Brasil do Amazonas, maior rio do mundo – da Guanabara, a baía mais linda do mundo -, da mina de Morro Velho, a mais rica do mundo. O Brasil liberal era o país onde tudo era grande, menos... o homem*’. Este permanecia ignorado e afastado do potencial de sua própria terra. Os políticos liberais desacreditavam de nossos homens e ‘*longe de pesquisarem as causas de nossos males, preferiram, numa atitude comodista e pela lei do menor esforço, explicar tudo pela negação da nossa raça. O brasileiro é preguiçoso – somos um povo de bugres – [...]*’.³¹

Tratava-se de “recuperar a grandeza de nossa realidade natural, mas não mais a partir de uma tradição contemplativa e desligada do homem brasileiro”.³² A “Marcha para o Oeste”, uma política de

²⁹ Romanello, Jorge Luiz. *Imagens e visões do paraíso no Oeste Paulista: um estudo do imaginário regional*. Dissertação de Mestre em História (Assis: UNESP, 1998).

³⁰ Póvoas, *História de Mato Grosso*, 103.

³¹ Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005), 193.

³² Gomes, *A invenção do trabalhismo*, 194.

colonização que procurou tornar “produtivos” a natureza e os seres humanos do sertão brasileiro, com o objetivo de criação de um mercado consumidor e fornecimento de matéria-prima para a industrialização do Brasil, foi uma valorização do “elemento nacional”, em especial face às teorias da degeneração racial, então em voga. Mas este sertão, portador da “essência da brasilidade”, era, também, um lugar “triste”.

Por conseguinte, ‘restaurar’ a sociedade brasileira era retirá-la do estado da natureza, isto é, organizá-la pela via do poder político. Tal ação implicava um ‘retorno’ à própria natureza – às riquezas potenciais e inativas do país e um ‘retorno’ à própria cultura nacional – ao caráter do homem brasileiro. A tradição a ser encontrada e revivida seria a junção da natureza e da cultura por intervenção da política, que acionaria o elemento integrador e produtivo do trabalho nacional. A terra era rica e o homem era bom, mas nada disso tinha significado quando abandonado e inexplorado. A ‘restauração’ seria um verdadeiro **ato de construção da terra e do homem, pela exploração do primeiro e a formação do segundo.**³³

Contudo, como já foi argumentado, não há nos textos uma “redenção” para o homem comum, apenas para a natureza. Isso em parte porque se, por um lado, havia um “mal-estar” em relação às representações estigmatizantes de Mato Grosso e sua gente, por outro aceitava-se a ideia da inadequação de parte da população do estado para a modernização.

Quanto à natureza, em tal perspectiva, partindo de uma apreciação utilitarista do mundo natural, era produtiva e apenas deveria ser “redimida” do atraso.

O Deputado Carlos Vandoni de Barros proferiu na Câmara Federal (21/03/1950) um discurso intitulado ‘O rio esquecido’, no qual enfocava as potencialidades da bacia do Rio Paraná, concluindo pela apresentação de um projeto de lei que criava a ‘Comissão de Valorização do Rio Paraná’, e que, infelizmente, não teve andamento no Congresso. Seria ponto prioritário do programa dessa Comissão ‘o aproveitamento do potencial hidrelétrico de toda a bacia do Rio Paraná, com o esforço máximo inicial de Sete Quedas e Urubupungá’.³⁴

Assim, a perspectiva que pautou os ideólogos do Estado Novo ainda podia ser encontrada nas páginas dos livros aqui estudados, pois a natureza era um recurso abandonado que se tinha o dever moral de aproveitar.

Outra forma de representar a natureza nas páginas dos livros em tela é como um inimigo ou um obstáculo. Como afirma Rubens de Mendonça, a História de Mato Grosso é, para ele e para os demais

³³ Gomes, *A invenção do trabalhismo*, 195, (grifo meu); Linhares, Maria Yedda e Silva, Francisco Carlos Teixeira. *Terra prometida? Uma história da questão agrária no Brasil* (Rio de Janeiro: Campus, 1999), 115.

³⁴ Sete Quedas e Urubupungá são locais de construção de grandes hidrelétricas. Póvoas, *História de Mato Grosso*, 113-114.

autores, uma “epopeia”.³⁵ Ora, a estrutura narrativa de uma história heroica grandiosa necessita de um inimigo a ser combatido. Como é possível um herói sem um vilão? O mundo natural é um dos elementos da narrativa que cumpre tal função. Rubens de Mendonça afirma sobre os bandeirantes que:

[...] era tal a fama da nova descoberta, que eles **enfrentavam perigos sem conta, atravessando o sertão bruto, vencendo mais de 500 léguas**, em canoas, partindo de “Araratinguaba”, descendo os rios Tiete [...].³⁶

Chuvas, enchentes, doenças, calor, são muitos os elementos mobilizados na narrativa para exaltar o herói, pois quanto maior a dificuldade e o perigo, maior o mérito daqueles que as superaram. Ainda, Rubens de Mendonça menciona, sobre Cuiabá logo depois de ter sido elevada a vila, no século XVIII, que:

Nessa época a Vila passou por uma das mais terríveis crises; como conta Barbosa de Sá: ‘na terra falta de mantimentos por falharem as roças, que brotavam os milhos espigas sem grão algum; as doenças atuais os que escapavam delas, não escapavam da fome; assim que tudo era gemer, chorar, morrer’.³⁷

Outra forma como a natureza era significada nos livros em tela era pelo silenciamento. É importante constar que, mesmo sendo um material ligado a um discurso nacionalista e ufanista regional, não há uma representação de exaltação romântica da natureza nas páginas dos livros de divulgação de História de Mato Grosso de autores ligados ao IHGMT. O principal nome na fundação do IHMT, o bispo e presidente da província Francisco de Aquino Correa, havia escrito celebrada poesia, na qual exaltava a natureza de Mato Grosso e especificamente Cuiabá, a qual chamou de “cidade verde”. Nesse poema, o imaginário brasileiro é fortemente marcado por uma exaltação na natureza nacional, apesar do ufanismo da natureza ser parte constituinte de toda construção identitária nacional moderna, no Brasil isso é agravado, pois não se tem uma tradição de sentir orgulho das instituições políticas e as elites tem uma imagem de inadequação permanente da população em geral do país, de tal forma que há um relativo maior investimento nos elementos naturais como motivo de orgulho nacional.³⁸ De forma que seria

³⁵ Mendonça, Rubens. “Mato Grosso: uma epopéia que começou em 1817,” [s.n], Cuiabá, Brasil, [s.d.]. (Arquivo da Casa Barão do Melgaço).

³⁶ Mendonça, *História de Mato Grosso*, 15. (grifo meu).

³⁷ Mendonça, *História de Mato Grosso*, 17.

³⁸ Corrêa, Aquino. *Psalmódias, melodias, rhapsodias* (Nichteroy: Escola T. Salesiana, 1917), 83; Carvalho, José Murilo de. “O motivo edênico no imaginário social brasileiro,” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (1998): 63-79.

esperada uma exaltação da natureza mato-grossense nas páginas dos livros em tela. Mas, praticamente, não há tal elemento nos livros.

Linine C. Póvoas, em *História de Mato Grosso*, em sua narrativa não menciona a palavra floresta, sendo que usa apenas duas vezes a palavra “mata”: a primeira, para afirmar que o “povo” procurou refúgio nas “matas” em um episódio da Guerra do Paraguai; e a segunda, para argumentar que depois da Segunda Guerra, com o processo de colonização, Mato Grosso passou por transformações que levaram a “atingir o grande desenvolvimento dos dias atuais”, pois: “Começa o efetivo interesse por Mato Grosso, pelos seus campos e pelas suas matas”.³⁹

No livro *Um estudo sobre a História de Mato Grosso*, de Octayde Jorge da Silva, na edição de 1982, com apenas 100 páginas, consta 55 imagens, sendo 21 com desenhos, 11 mapas e 23 fotos. Das fotos, 21 retratam prédios, praças e assemelhados, uma retrata uma pessoa e uma retrata um acampamento na zona rural, no qual atrás dos cavalos, barracas e pessoas se vê uma área do Cerrado, sendo a única foto de um espaço rural. Destacam-se as fotos da, então, nova rodoviária de Cuiabá, de hidrelétricas e de um conjunto habitacional, construído pelo governo, chamado Morada da Serra. Nas laterais das fotos é possível ver a vegetação do Cerrado que havia, há pouco, sido destruída para dar lugar aos enormes conjuntos residenciais populares, modernos. As imagens que são selecionadas para compor um livro dizem muito, produzem determinados sentidos pelo jogo do que é incluído e do que é excluído. A imagem de Mato Grosso que os livros de divulgação queriam produzir era de um lugar moderno. Para evitar ou combater a pecha do povo e de lugar “atrasado”, “selvagem”, deveria ser destacado, nas imagens dos livros, o urbano e o moderno.

Assim, quando perguntaram em 1974, como Rubens de Mendonça descreveria Mato Grosso, ele afirmou: “Como um grande Estado em desenvolvimento”.⁴⁰

³⁹ Póvoas, *História de Mato Grosso*, 112.

⁴⁰ Mendonça, Rubens. “Entrevista (por Eliete Rosa da Silva)”, [s.n.], Cuiabá, Brasil, 10 a 16 novembro 1974.

Projetos de colonização

Em Mato Grosso, o projeto de modernização da elite e a representação da natureza, passaram, na década de 1930, por uma transformação. Até então, havia uma proposta, ou melhor, uma das apostas era no extrativismo como forma de modernização do estado. Era vociferado por parte da elite intelectual de então, sobre a necessidade de melhorar as técnicas de extrativismo, de introduzir um gerenciamento “racional”, que evitasse a predação e esgotamento da extração de erva-mate, poaia e látex dentre outros produtos, que sustentavam a economia do estado e a melhoria dos meios de logística para ampliar a produção. Desta forma, afirmações como a de Rubens de Mendonça que: “Na administração do estado o Dr. Antônio Corrêa [iniciada em 1897] baixou instruções para a colheita da erva mate, visando evitar o devastamento dos ervais de Mato Grosso [...]”,⁴¹ não devem ser entendidas como parte do ambientalismo contemporâneo, mas nessa perspectiva, como projeto modernizador. Os grupos extrativistas, no início do século XX, eram identificados como destruidores da natureza, em virtude das técnicas “atrasadas” que utilizavam. Negatividade que se amplia com um outro projeto modernizador que vai simplesmente prescindir deles. O projeto de um extrativismo modernizado vai perder o espaço para outro que percebe na colonização, com a derrubada da floresta e a introdução de monoculturas, a porta para entrar no mundo moderno. Tal estratégia de modernização há muito era apontada por parte da elite estadual e por pessoas de fora, mas com a nova conjuntura nacional pós-1930 ela vai tornar-se hegemônica. Dessa forma, há uma redução na representação da elite no que concerne aos recursos naturais a serem explorados, de uma ampla gama de produtos do extrativismo florestal para, apenas, monoculturas, já que a valoração econômica da natureza é reduzida à “terra nua”.⁴²

Apesar dos vários projetos de colonização dirigida, particulares e estatais, implantados em Mato Grosso no primeiro governo Vargas e no período democrático até 1964, foram relativamente poucos expressivos os resultados conseguidos em termos de efetivar um processo geral de colonização do

⁴¹ Mendonça, *História de Mato Grosso*, 89.

⁴² Castro, Maria Inês Malta e Galetti, Lylia da Silva Guedes. “Um histórico dos usos da biodiversidade em Mato Grosso,” in Castro, Carlos F. de Abreu. (org.). *Diagnósticos do setor florestal em Mato Grosso* (Brasília: IBAMA/ITTO/FUNATURA, 1994), 2-188.

estado. Foi apenas no regime militar, instalado com o Golpe Civil-Militar de 1964, que se produziu uma política “eficiente” de colonização dirigida e sistemática das terras do atual estado de Mato Grosso.⁴³

O processo de colonização dirigida no regime militar foi marcado pela violência. Por um lado, o governo militar atraiu uma população rural que estava tencionando a estrutura fundiária em outros lugares do país, com a promessa de acesso a terra nas “fronteiras vazias”, levando a uma colonização contra a reforma agrária. Por outro, favorecia, por via estadual e federal, a constituição de empresas colonizadoras e cooperativas. Estas, por sua vez, favoreciam a vinda de um tipo “ideal” de “colonizador”, os agricultores, em especial do sul do Brasil já capitalizados. Isso acompanhado do garimpo de diamante e ouro gerou um cenário em que pequenos agricultores, fazendeiros, comunidades “tradicionais” (como seringueiros e indígenas, que ocupavam efetivamente o território representado como vazio), e empresas colonizadoras disputaram e disputam o acesso à terra. O resultado desse conflito é a atual paisagem mato-grossense, com uma estrutura fundiária concentrada, com a forte presença de grandes propriedades, altamente tecnificadas, fazendo parte de cadeias produtivas competitivas no mercado de *commodities* mundiais. Ligados a tais cadeias produtivas, por sua vez, saem os quadros que formam a maior parte da nova elite de Mato Grosso. Mas, não se pode esquecer que, nesse processo, a luta de pequenos produtores pelo acesso a terra, de forma autônoma ou mediante os projetos governamentais de assentamento, permitiram a presença de milhares de pequenos agricultores, em especial em regiões economicamente periféricas do estado; e a legalização de terras indígenas e de unidades de conservação, em um número significativo, apesar de todas as mazelas entre a criação legal e a efetivação de tais unidades de conservação.⁴⁴

Tal processo de colonização, que de certa forma ainda continua a existir enquanto um avanço do agronegócio sobre a floresta, era pautado na expropriação da população pobre e/ou indígena. As populações ribeirinhas, os pequenos agricultores familiares, as populações indígenas que ocupavam

⁴³ Guimarães Neto, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo* (Cuiabá: UNICEN, 2002).

⁴⁴ Moreno, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla, 1891-1992* (Cuiabá: EDUFMT, 2007); Barrozo, João Carlos (org.). *Mato Grosso do sonho à utopia da terra* (Cuiabá: EDUFMT, 2008).

efetivamente o sertão, tido como “vazio demográfico”, deveriam ser expropriadas para a atuação de empresas colonizadoras e fazendeiros. Enquanto outros deveriam ser mantidos separados da terra, o trabalhador da fazenda deveria ser mantido como não proprietário, para servir de mão-de-obra para os grandes proprietários e manter a terra livre; já o pequeno proprietário migrante, aquele que vem e faz posse em meio à floresta, aquele que vem comprar terra de empresas ou é assentado no processo de “reforma agrária”, quando consegue permanecer na terra apesar das adversidades – a minoria não consegue –, poderia servir de reserva de mão de obra para trabalhar nos grandes empreendimentos e servir de mercado consumidor, para aquecer a economia regional. De forma que a natureza (terra) e os seres humanos precisavam ser disjuntos, para que ambos estivessem “livres” no mercado, e fazer girar a roda da economia.

Tal separação, dos seres humanos da terra (natureza), é constitutiva do mundo moderna capitalista. Em Mato Grosso uma série de representações serviram para justificar tal separação modernizadora. Por exemplo, por um lado, no período de colonização dirigida capitaneada pelo regime militar, a representação da população pobre mato-grossense como preguiçosa e incapaz de transformar a natureza em riqueza, que eram características atribuídas ainda de forma mais enfática à população indígena, continuou a ser mobilizada para justificar o seu processo de expropriação. Por outro lado, a atração de um dado tipo de migrante “ideal”, com capital e domínio do *know-how* da tecnologia da “Revolução Verdade”, em grande parte vindo do sul do Brasil, e identificados como “sulistas”, tinha como justificativa a sua capacidade “superior de trabalho”.⁴⁵

Como foi argumentado, o projeto de modernização presente nos livros de popularização da História Regional de Mato Grosso não apresentava uma proposta de “redenção” nem do “povo”, como fazia a proposta autoritária do Estado Novo, que queria transformar o “homem comum” em um disciplinado trabalhador adequado para a sociedade industrial então idealizada, mas desprovido dos direitos formais de cidadania; tampouco implicava na conservação da floresta, como, em algum grau, um projeto de

⁴⁵ Leff, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006); Moreno, *Terra e poder em Mato Grosso*; Barrozo, *Mato Grosso do sonho*.

modernização defendido por parte da elite de Mato Grosso na Primeira República, fazendo uma racionalização produtivista do extrativismo, que permitiria a manutenção da floresta em pé. Em certos aspectos, o projeto regional, ou ao menos os elementos que estavam presentes nos livros aqui abordados, eram mais excludentes, pois a natureza a ser aproveitada era o solo nu, e não havia especificação para a “redenção” de grande parte da população autóctone, pois sua expropriação e exclusão eram um “mal necessário”.

O discurso do desenvolvimento, segundo Escobar, emergiu com o final da Segunda Guerra Mundial. Conforme um novo “regime de representação”, o mundo foi dividido entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, então grande parte da América Latina, Ásia e África foi definida como Terceiro Mundo, sendo proposta a transformação total das suas culturas, formações sociais e ecossistemas, nos moldes dos países intitulados de Primeiro Mundo. Em tal discurso, as filosofias ancestrais deveriam ser eliminadas, os arranjos sociais tradicionais desintegrados, pois esse seria um preço a pagar pelo “benévolo” progresso econômico. Para além de tal “regime de representação”, que podemos denominar desenvolvimentista, os projetos de modernização foram pródigos em justificar a violência praticada em seu nome. Era o “custo humano” do processo de modernização, de industrialização, e tal como o Fausto, de Goethe, os modernizadores tinham que fingir que não estavam vendo tal “custo”. Na obra, Fausto, o fomentador, como capitão de indústria, pretende comprar uma pequena porção de terra de um velho casal para construir uma torre de observação, com o intuito de contemplar sua obra. Porém, o casal não aceita vender a terra, e Fausto ordena que Mefisto e alguns homens fortes retirem a dupla do caminho. No entanto, quando Fausto toma conhecimento que o casal foi morto, fica ultrajado. No caso, temos uma típica maldade moderna, uma maldade indireta, uma maldade burocrática, para a qual não há responsáveis, todos são instrumentos. Como afirma Berman: “Fausto vinha fingindo não só para outros mas para si mesmo que podia criar um novo mundo com mãos limpas; ele ainda não estava preparado para aceitar a responsabilidade sobre a morte e o sofrimento humano que abrem o caminho”. Aqui temos o conteúdo trágico da obra de Goethe:

Para compreender a tragédia do fomentador, é preciso julgar sua visão de mundo, não só pelo que ela revela – pelos imensos novos horizontes que abre para a espécie humana –, mas também pelo que ela esconde: pelas realidades humanas que se recusa a ver, pelas potencialidades que não é capaz de enfrentar. Fausto vislumbra a luta para criar um mundo onde crescimento pessoal e progresso social possam ser atingidos com um mínimo de sacrifícios humanos. Ironicamente, sua tragédia decorre exatamente de seu desejo de eliminar a tragédia da vida.⁴⁶

No caso em tela, o dilema enfrentado pelos “guardiões da memória” de Mato Grosso, na segunda metade do século XX, era como exaltar o papel civilizador/modernizador do “mato-grossense” e, ao mesmo tempo, corroborar um processo modernizador que excluía grande parte da população autóctone. Silenciar sobre a maioria da população do estado (mesmo que fosse para folclorizá-la), silenciar sobre o mundo natural (mesmo que fosse para exaltá-lo de forma nativista) foi a estratégia utilizada no material de divulgação da História de Mato Grosso para lidar com tal dilema.

Portanto, não é estranho que o processo de colonização dirigida contemporâneo tenha sido mencionado como algo positivo. Como nesse excerto de Rubens de Mendonça: “Do Governo Arnaldo Estevão de Figueiredo é muito cedo ainda para se fazer um julgamento sereno, entretanto, devemos salientar que a ele deve o Norte do Estado, em grande parte, a sua colonização”. Ademais, aspectos tidos como negativos tendiam a ser silenciados, como na obra de Octayde Jorge da Silva, em que a violência nas regiões de colonização e mineração foi mencionada quando narrou o século XIX e início do século XX, mas silenciada no tocante à colonização contemporânea. As consequências da devastação do Cerrado, da Floresta Amazônica e do Pantanal, fortemente vivenciadas em Mato Grosso nas décadas de 1970, 1980 e 1990, não eram mencionadas, pois não eram entendidas como problemas ou eram consideradas pouco importantes em relação ao benefício que se esperava que o processo de modernização fosse gerar.⁴⁷

As representações de Mato Grosso e do povo mato-grossense corroboravam o projeto de modernização por meio de uma colonização dirigida, com o corte raso da floresta e migração massiva. A identidade pautada no mito bandeirante permitia à elite local se autorrepresentar de forma positiva face

⁴⁶ Escobar, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo* (Caracas-Venezuela: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007); Berman, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade* (São Paulo: Companhia das Letras, 1986), 66-67.

⁴⁷ Mendonça, *História de Mato Grosso*, 126; Silva, *Um estudo de história de Mato Grosso*.

aos estereótipos negativos sobre o estado e seu povo. Uma representação elitista que vira as costas para a população pobre e/ou indígena, que mais dificilmente poderia escapar da pecha de atrasada, preguiçosa ou selvagem.

As representações presentes na narrativa da História de Mato Grosso que constam nos livros de popularização da História Regional, produzida no ambiente do IHGMT, tinha como projeto de futuro, uma proposta de colonização. E como afirma Alfredo Bosi: “a colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório.”⁴⁸ Sendo assim, a

[...] colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer. Mortos bifrontes, é bem verdade: servem de agulhão ou de escudo nas lutas ferozes do cotidiano, mas podem intervir no teatro dos crimes com vozes doloridas de censura e remorso.⁴⁹

Considerações finais

Ainda hoje em Mato Grosso, a elite, e, talvez, principalmente a classe média, é bastante resistente às causas ambientais. Pensando não apenas nos interesses regionais, que geram essa situação, mas no “caldo cultural” que torna isso possível, cabe lembrar que até o final da década de 1980, os únicos livros disponíveis de popularização da História Regional em Mato Grosso, representavam a natureza como uma inimiga, um obstáculo, e os projetos de colonização, urbanização etc., como estando plenos de positividade, o que faz coro com os discursos produzidos com o desenvolvimentismo e com a Ditadura Militar, em uma época em que, ainda, era politicamente viável defender o “desenvolvimento a qualquer custo”. Tal material, assim, afasta-se da perspectiva mais crítica, seja na historiografia ou no ambientalismo, que encabeçava um processo de “ecologização”, com a construção regional de uma “era ecológica”.⁵⁰

⁴⁸ Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização* (São Paulo: Companhia da Letras, 1992), 13.

⁴⁹ Bosi, *Dialética da colonização*, 15.

⁵⁰ Barbosa, Livia. “Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas,” *Estudos Históricos*, 8 (1991): 229-243; Worster, Donald. *Nature's Economy: a History of Ecological Ideas* (Cambridge: University Press, 1994); Carvalho, Ely Bergo de

Assim, a História, e especificamente o ensino de História, foi um agente nesse processo de colonização, de domínio do semelhante e da natureza. E lembrar a forma como memória, identidade e projeto estão articuladas no material que serviu para pautar o ensino de História de Mato Grosso, é trazer à vida um desses “mortos bifrontes”, que servem como “escudo” contra projetos de domínio do semelhante e da natureza e como “agulhão” para atacar a ideia de indiferença e isolamento dos historiadores, em relação as questões ambientais, pois mesmo antes da atual “ecologização” ou “Era Ecológica”, a História produzia representações sobre o mundo natural, que não foram especulações intelectuais, mas que estavam vinculadas a forma como se entende e se age no mundo.

A “corporação” dos historiadores participou e participa dos investimentos simbólicos para entender, de determinadas formas, os ambientes e os seres humanos, contribuindo para legitimar a apropriação de alguns ou a expropriação de outros. Assim, se o mundo natural interfere no rumo da História humana, a História contada pelos seres humanos também interfere no mundo natural. A natureza sempre esteve na História, pois, entre outros, a disciplina tem um papel ativo no jogo de produção da memória social.

Agradecimento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

e Sant’anna, Roseli Rodrigues. “Todo dia é dia de árvore: o imaginário urbano do ‘verde’ no ‘Diário de Cuiabá’, 1969-1992,” in Gandara, Gercinair Silvério. (org.). *Natureza e cidades: o viver entre águas doces e salgadas* (Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012), 190-213.